



SEÇÃO: TEMÁTICA LIVRE

Henrique V: o rei vitorioso e a responsabilidade fiscal nas peças históricas de Shakespeare

Henry V: the victorious king and the fiscal responsibility in Shakespeare's historical plays

Enrique V: el rey victorioso y la responsabilidad fiscal en las obras históricas de Shakespeare

Luiz Ricardo

Cavalcante¹

orcid.org/0000-0003-1894-7238

luiz.ricardo.teixeira.cavalcante@gmail.com

André Eduardo da Silva

Fernandes²

orcid.org/0000-0001-6296-8656

andreedu@hushmail.com;

deundoarreda@gmail.com

Recebido em: 21 out. 2021.

Aprovado em: 31 maio 2022.

Publicado em: 30 set. 2022.

Resumo: Henrique V foi o rei da Inglaterra entre 1413 e 1422. Sucedeu seu pai homônimo, que havia sido o primeiro monarca inglês da casa de Lancaster. Nas peças históricas de William Shakespeare, retrata-se seu processo de formação até sua coroação, nas partes 1 e 2 de Henrique IV, e sua atuação competente e heroica ("o rei vitorioso"), em Henrique V. Foi sucedido por seu filho Henrique VI, rei entre 1422 e 1461 e entre 1470 e 1471, cujo fracasso militar e político foi objeto das peças de Shakespeare às quais empresta seu nome. Contudo, já no início da parte 1 de Henrique VI, na cena do funeral do rei vitorioso, indica-se que grande parte de suas conquistas havia sido revertida por "falta de ouro e homens". Argumenta-se, neste artigo, que a gestão de Henrique V, embora retratada como vitoriosa, pode ser interpretada como irresponsável do ponto de vista fiscal e geradora de um passivo que explica o fracasso das campanhas militares inglesas após sua morte. Embora conectado com uma produção bibliográfica relativamente vasta sobre a relação entre a obra de Shakespeare e a economia (TURNER, 1999; FRANCO, 2009; ARCHER, 2012), o trabalho busca inovar ao discutir especificamente a economia do setor público e a gestão fiscal.

Palavras-chave: Shakespeare. Henrique V. Gestão. Responsabilidade fiscal.

Abstract: Henry V was king of England between 1413 and 1422. He succeeded his homonymous father, who had been the first English monarch of the House of Lancaster. In William Shakespeare's historical plays, his formation process is portrayed until his coronation, in parts 1 and 2 of Henry IV, and his competent and heroic performance ("the victorious king"), in Henry V. He was succeeded by his son Henry VI, king between 1422 and 1461 and between 1470 and 1471, whose military and political failure was the subject of Shakespeare's plays titled after his name. However, at the very beginning of Henry VI part 1, in the scene of the victorious king's funeral, a messenger informs that a large part of his conquests had been reversed by "want of men and money". It is argued, in this article, that Henry V's rule, though portrayed as victorious, can be interpreted as irresponsible from a fiscal point of view, as it generated liabilities that explain the failure of English military campaigns after his death. Although linked with a relatively vast bibliographic production on the relationship between Shakespeare's work and economics (TURNER, 1999; FRANCO, 2009; ARCHER, 2012), the work seeks to innovate by specifically discussing the public sector and fiscal management issues.

Keywords: Shakespeare. Henry V. Management. Fiscal responsibility.

Resumen: Enrique V fue rey de Inglaterra entre 1413 y 1422. Sucedió a su padre homónimo, que había sido el primer monarca inglés de la casa de Lancaster. Las obras históricas de William Shakespeare retratan su proceso de formación hasta su coronación, en las partes 1 y 2 de Enrique IV, y su actuación competente y heroica ("el rey victorioso"), en Enrique V. Fue sucedido por su hijo Enrique VI, rey entre 1422 y 1461 y entre 1470 y 1471, cuyo fracaso militar y político fue el



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Senado Federal, Brasília, DF, Brasil; Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Brasília, DF, Brasil.

² Senado Federal, Brasília, DF, Brasil.

tema de las obras de Shakespeare a las cuales presta su nombre. Sin embargo, al comienzo de la parte 1 de Enrique VI, en el escenario del funeral del rey victorioso, se indica que gran parte de sus conquistas habían sido revertidas por "falta de oro y hombres". Se argumenta, en este artículo, que la administración de Enrique V, aunque retratada como victoriosa, puede ser interpretada como irresponsable desde el punto de vista fiscal y generando un pasivo que explica el fracaso de las campañas militares inglesas tras su muerte. Aunque conectado con una producción bibliográfica relativamente amplia sobre la relación entre la obra de Shakespeare y la economía (TURNER, 1999; FRANCO, 2009; ARCHER, 2012), el trabajo busca innovar al discutir específicamente la economía del sector público y la gestión fiscal.

Palabras clave: Shakespeare. Enrique V. Administración. Responsabilidad fiscal.

Introdução

Henrique V nasceu em 1386 e foi o rei da Inglaterra de 1413 até sua morte, em 1422, de modo que toda sua vida transcorreu durante os conflitos ocorridos entre 1337 e 1453 envolvendo os Reinos da Inglaterra e da França, conhecidos como Guerra dos Cem Anos. Nas peças históricas de William Shakespeare, é retratado como competente e heroico, personificando "o rei vitorioso". Seu pai e predecessor, Henrique de Bolingbroke, que mais tarde assumiria o título de Henrique IV, foi o primeiro rei inglês da casa de Lancaster e personifica, nas duas peças às quais empresta seu nome, o rei ilegítimo que se torna um bom governante. Nos termos de Barbara Heliodora (2016a, p. 120), "Shakespeare faz de Henrique IV um homem sempre preocupado em agir com correção, a fim de justificar sua presença no trono". Seu filho – rei legítimo, pelo menos na linha sucessória imediata – seria também o bom governante que levou a Inglaterra à espetacular vitória sobre os franceses na batalha de Azincourt.²

O filho e herdeiro de Henrique V é retratado, nas três peças de Shakespeare intituladas *Henrique VI*, como um rei incompetente, ainda que como um homem piedoso. Sua incapacidade de governar explicaria os sucessivos fracassos, desde a perda da França, na parte 1 (quando, durante sua minoridade, o poder ainda era exercido por

seus tios), passando por conflitos políticos que atingem a própria Inglaterra, na parte 2 (quando os conflitos políticos internos se intensificaram), até a disputa aberta pelo trono, na parte 3. Em resumo, a trilogia dedicada a Henrique VI retrata a reversão das conquistas de seu pai vitorioso. O esgarçamento do tecido político da Inglaterra ao longo do reinado de Henrique VI é o ponto de partida para a ascensão de Ricardo III, último rei da casa de Lancaster e considerado o arquétipo do "mau rei que é também um mau homem" (HELIODORA, 2016f, p. 713).

Analisadas em sua sequência histórica (que não coincide com a sequência em que foram escritas), as peças dedicadas a Henrique IV, a Henrique V e a Henrique VI evidenciam uma curva ascendente no início, uma inflexão após a morte do rei vitorioso e uma curva descendente que leva a uma crise política e ao reinado de Ricardo III. A interpretação mais comum desses movimentos os atribui a características pessoais de cada rei (isto é, a suas vocações) e, no caso específico de Henrique V, a sua formação multifacetada na juventude. Shakespeare, contudo, tem sucessivas camadas de ambiguidade. Neste artigo, propõe-se uma interpretação alternativa para a trajetória dos três Henriques com base na evolução da situação fiscal da Inglaterra. Argumenta-se, basicamente, que o sucesso de Henrique V pode ser explicado pelas condições favoráveis herdadas de seu pai, que buscou reinar com rigor, e que o fracasso de Henrique VI pode ser explicado pela herança recebida de seu antecessor, que engendrou uma situação fiscal insustentável e morreu antes de assistir aos conflitos políticos dela decorrentes. Em outras palavras, Henrique V seria um rei vitorioso porque teria herdado condições favoráveis de seu pai e porque teria consumido mais recursos do que poderia, deixando seu filho em uma posição vulnerável, independentemente de sua vocação para o governo.

É evidente que a racionalização da gestão, de modo geral, e as medidas de responsabilidade

² Adota-se, neste trabalho, a grafia "Azincourt". Nas citações diretas, manteve-se a grafia eventualmente divergente usada por outros autores ("Agincourt").

fiscal, em particular, não eram familiares a Shakespeare, até porque não existiam em sua época, pelo menos nos termos em que são analisadas hoje em dia. Desse modo, ainda que o conceito weberiano de dominação de caráter racional/legal (em contraposição aos conceitos de dominação de caráter tradicional e de dominação de caráter carismático) seja do início do século XX (WEBER, 2015), argumenta-se, neste trabalho, que esses elementos podem ser identificados nas peças de Shakespeare que tratam dos três Henriques. Especificamente quanto à gestão fiscal, pode-se afirmar que a rainha Elizabeth I – sob cujo reinado Shakespeare escreveu praticamente todas suas peças históricas, com exceção de *Henrique VIII* – sempre esteve preocupada com o financiamento do Estado, principalmente das campanhas militares. O período posterior à derrota da “Invencível Armada”, em 1588, criou dificuldades adicionais que se estenderam pelos últimos quinze anos de seu reinado: os conflitos com a Espanha e a Irlanda se arrastaram, houve aumentos de tributos e a economia foi atingida por colheitas ruins e pelos custos das guerras. Desse modo, embora não se falasse em “responsabilidade fiscal” na época de Shakespeare, o tema não lhe era completamente estranho.

A argumentação desenvolvida neste trabalho apoia-se nos arquétipos que se pode extrair das peças de Shakespeare; não há, portanto, a pretensão de analisar a trajetória efetivamente seguida pelos reis (que muitas vezes diverge da forma como são retratados nas peças). Quanto a isso, a historiografia moderna tem deixado claro que muitos personagens reais retratados por Shakespeare não correspondem à visão que se pode extrair das pesquisas mais recentes. Esse é o caso, por exemplo, de Ricardo III. Ainda assim, o trabalho de Shakespeare é de tal forma persuasivo que sua “versão” para diversos personagens históricos é considerada verdadeira mesmo por muitos ingleses. É sobre essa versão que se apoiam os argumentos aqui apresentados, com

exceção de eventuais citações a episódios históricos centrais (como a batalha de Azincourt) que fazem parte da trama. O artigo está segmentado em mais três seções. Na segunda seção, descrevem-se brevemente os arquétipos de Henrique IV, de Henrique V e de Henrique VI. Na terceira seção, desenvolve-se o argumento central ao se discutirem as heranças recebida e deixada por Henrique V. Finalmente, na quarta seção, reúnem-se as considerações finais do artigo.

1 Os arquétipos de Henrique IV, de Henrique V e de Henrique VI

Os dramas históricos de William Shakespeare tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da literatura política inglesa. Sua primeira tetralogia histórica, escrita ainda no início de sua carreira, é formada pelas partes 1, 2 e 3 de *Henrique VI* e por *Ricardo III*. Vistas em seu conjunto, essas peças tratam da luta pelo poder durante a Guerra das Rosas, em que as casas de Lancaster e de York disputavam o trono da Inglaterra. Mais tarde, no período anterior à criação de suas tragédias, Shakespeare retoma a história anterior ao reinado de *Henrique VI* com a tetralogia formada por *Ricardo II*, pelas partes 1 e 2 de *Henrique IV* e por *Henrique V*. Esse último conjunto contextualiza a tragédia – no sentido derivado do termo – que foram os governos de Henrique VI e de Ricardo III.

Essas duas tetralogias são consideradas seus principais dramas históricos, embora Shakespeare tenha escrito também *Rei João*, no início da década de 1590, e, já no reinado de Jaime I, no final de sua carreira, *Henrique VIII*.³ Colocadas em sua verdadeira ordem histórica, as duas tetralogias cobrem um ciclo completo que vai de Ricardo II até Ricardo III. Porém, é nas chamadas “sagas henriquinas” das tetralogias que se pode desenvolver um ciclo histórico e político mais claro: Henrique IV consolida o poder para a casa de Lancaster, centraliza a riqueza e governa com rigor; Henrique V personifica o rei-herói romantizado em seu carisma, em sua valentia e em suas

³ *Henrique VIII* pode ser considerada uma espécie de continuação da primeira tetralogia (após *Ricardo III*), concluindo a sequência dos dramas históricos de Shakespeare. É razoável supor que, ao evitar escrever sobre eventos contemporâneos, Shakespeare pretendesse contornar algum tipo de mal-estar com os detentores do poder.

conquistas; e Henrique VI, retratado como um bom cristão, mas não como um bom governante, leva a casa de Lancaster à decadência. Desse modo, as sagas henriquinas tratam, conforme resume Barbara Heliodora, da luta pelo poder no período da Guerra das Rosas, da forma como o poder afeta aqueles que o detêm e de como isso se reflete na qualidade do governante (HELIODORA, 2016a, p. 118).

Em seus dramas históricos, Shakespeare demonstra a capacidade de, com base em sua abordagem poética e literária da linguagem e da teatralidade, formatar a história da Inglaterra de tal sorte que, mesmo hoje em dia, seus personagens mantêm um sentido de realidade que os leva a substituir, no imaginário coletivo, os próprios fatos e características registrados historicamente. No caso de Ricardo III, por exemplo, Shakespeare acabou definindo-o como alguém feio, corcunda e perverso, e essa tornou-se a visão dominante da maioria dos ingleses, independentemente das evidências históricas. Henrique V, por sua vez, é transformado por Shakespeare em um rei herói na linha de construção mítica dos Tudor, que detinham o trono inglês na ocasião em que o drama foi escrito.

É claro que os personagens refletem, em linhas gerais a percepção e as narrativas históricas às quais Shakespeare teve acesso. Nos termos de Greenblat (2011, p. 170),

Shakespeare estava dramatizando coisas que tirava das crônicas – ele normalmente garimpava nesses livros, em especial *The union of the two Noble and illustre Families of Lancaster and York*, de Edward Hall, e *The Chronicles of England, Scotland and Ireland*, de Raphael Holinshed, para obter material para suas peças históricas.

Publicadas pela primeira vez em 1577, as Crônicas de Holinshed serviram de referência não somente para os dramas históricos, mas também para as tragédias *Macbeth* e *Rei Lear*. Contudo, embora amparado em referências da época,

Shakespeare criou personagens multifacetados que admitem – tal como se propõe neste trabalho – associações com múltiplos arquétipos.

É com base nos atributos que Shakespeare lhes confere – e não necessariamente nos fatos históricos, sobre os quais a percepção moderna é, em muitos aspectos, diversa daquela que prevalecia na época em que as peças foram escritas – que se resumem, nesta seção, os arquétipos dos reis que intitulam as sagas henriquinas.

Na literatura, os arquétipos podem ser definidos como símbolos ou imagens repetidas que carregam o mesmo significado em diversas épocas e culturas. Meletinski (1998, p. 20) assinala que “o conceito de ‘arquétipos’ foi introduzido na ciência contemporânea pelo fundador da psicologia analítica K. G Jung”. Trata-se de um conceito complexo que envolve interações entre psicologia, mito e literatura, análogo às “representações coletivas” de Durkheim, às “ideias a priori” de Kant e aos “modelos de comportamento” dos behavioristas.⁴ Neste trabalho, os arquétipos correspondem a personagens típicos que parecem representar padrões humanos (ou, no caso específico, de indivíduos que exercem funções políticas e de liderança) universais e que, portanto, podem ser comparáveis ao que se observa em outros contextos.

Nas obras de Shakespeare, os personagens têm múltiplos nuances e há diversas possíveis abordagens daquilo que simbolizam do ponto de vista humano ou político. Personagens complexos muitas vezes estão associados, inclusive, a múltiplos arquétipos (basta considerar que Hamlet pode ser o herói trágico, o jovem inocente ou o príncipe em conflito, por exemplo). Nesse trabalho, resgatam-se apenas os arquétipos mais comuns associados aos três Henriques. Esses arquétipos são razoavelmente consensuais nas análises das obras de Shakespeare: estão presentes em artigos acadêmicos (RABKIN, 1977), em cursos sobre as obras de Shakespeare como o de Peter Saccio (*William Shakespeare*:

⁴ Os arquétipos são também um conceito conexo aos “estereótipos”. Contudo, em oposição aos arquétipos, que têm um caráter universal, os estereótipos são “culture specific” (KIDD, 2016, p. 26). Desenvolvido por Lippmann (1922), esse conceito é utilizado para explicar como as pessoas são influenciadas e atribuem significados a mensagens mediadas. Estereótipos seriam, desse modo, “mapas mentais” que auxiliam na compreensão de grupos e de indivíduos (KIDD, 2016, p. 26).

Comedies, Histories, and Tragedies), em sínteses ilustradas (*The Shakespeare Book*) e nas introduções às traduções em português das obras de Shakespeare de Barbara Heliodora (2016a, 2016b, 2016c, 2016d, 2016e, 2016f). Há, contudo, visões contramajoritárias, a mais disseminada das quais é possivelmente aquela de Harold Bloom (1998a), cujas análises de Shakespeare tendem a ser, a um só tempo, apologéticas e originais. Eventuais visões desse tipo são também brevemente mencionadas nesta seção.

1.1 Henrique IV

Henrique de Bolingbroke é um personagem relevante da peça *Ricardo II*, que, considerando o fluxo dos eventos históricos, precede o período de seu reinado. Shakespeare o retrata como alguém envolvido em uma disputa com Thomas Mowbray (que, assim como Henrique de Bolingbroke, detém o título de duque). Atuando como árbitro, Ricardo II sentencia os dois querelantes ao exílio e, mais adiante, confisca os bens que seriam herdados por Bolingbroke. Ao violar direitos preestabelecidos e, em última análise, ao colocar em xeque a hereditariedade, Ricardo II perde o apoio da nobreza, que, sob a liderança do próprio Henrique de Bolingbroke, o depõe.

De modo geral, assume-se que Henrique, ao ascender ao trono como o primeiro rei da casa de Lancaster, o fazia em resposta ao comportamento inadequado de Ricardo II, e não por ambição pessoal. Carente de legitimidade e incapaz de impor unilateralmente suas escolhas, Henrique IV é descrito por Barbara Heliodora como seco e severo, "mas com dedicação inabalável à Inglaterra e ao bem estar de seu povo" (HELIODORA, 2016g, p. 955). Rabkin (1977, p. 281) contrapõe Ricardo II a Henrique IV de forma clara: "the unresolved thematic issue at the end of Richard II is the conflict of values embodied in the two kings who are its protagonists: Bullingbrook's talent as opposed to Richard's legitimacy [...]".

As partes 1 e 2 de *Henrique IV* tratam não somente da consolidação do poder do rei que lhes empresta o nome, mas também da formação de seu filho Hal, que mais tarde assumiria

o título de Henrique V. Henrique IV é retratado como um bom rei, embora sua legitimidade seja permanentemente questionada. Shakespeare o associa a "um homem sempre preocupado em agir com correção, a fim de justificar sua presença no trono" (HELIODORA, 2016a, p. 120). Em paralelo, as peças tratam das interações de seu filho Hal com Falstaff (que lhe permite um contato mais próximo com o povo), com Hotspur (que lhe garante uma formação militar) e com o próprio Henrique IV (que lhe proporciona uma formação legal ou administrativa). Nesse sentido, as partes 1 e 2 de *Henrique IV* também amparam a visão sobre a formação de um rei "completo", isto é, capaz de deter os vários requisitos necessários para liderar a Inglaterra e, ao contrário de seu pai, dispor da legitimidade decorrente de ter herdado a coroa (e não se apropriado dela). Mais uma vez, Rabkin (1977, p. 281) resume de forma precisa: "Henry IV moves the question to a new generation, asking in effect whether the qualities split between Richard and Bullingbrook can be united in Hal. And in the manner of a comedy, it suggests optimistically that indeed they can".

Assim, apesar de bem-sucedido na pacificação do reino, Henrique IV está longe de ser o personagem que mais atrai a atenção nos dramas aos quais empresta seu nome. O foco da maior parte das análises recai sobre Falstaff e sua relação com Hal, e não sobre o personagem-título. Harold Bloom, por exemplo, dedica o longo capítulo que escreveu sobre *Henrique IV* em seu *Shakespeare: the invention of the human*, praticamente a Falstaff (BLOOM, 1998a, p. 271-318). Falstaff cresceu de tal forma que passou a eclipsar os demais personagens, embora mais adiante tenha sido eliminado para que fosse possível construir a figura do "rei-herói".

1.2 Henrique V

Henrique V reinou entre 1413 e 1422 e levou a Inglaterra à espetacular vitória sobre os franceses na batalha de Azincourt. A peça que leva seu nome aponta para duas interpretações conflitantes. De um lado, uma celebração nacionalista; de outro, uma visão trágica ou irônica dos horrores

da guerra. Rabkin (1977) a associa a uma gravura em que, no mesmo desenho, se pode reconhecer tanto um coelho quanto um pato. Assim, *Henrique V* admitiria as duas interpretações simultâneas, a depender do olhar que se lance sobre a peça. De todo modo, desde o início o rei revela uma espécie de obsessão pela "questão francesa", que o leva aos preparativos para as ações de guerra.

Em sua época, *Henrique V* era considerada uma peça nacionalista. Escrita aproximadamente uma década após a tentativa fracassada de invasão espanhola pela "Invencível Armada", e ainda no período Elizabetano, foi a última peça das duas tetralogias shakespearianas, constituindo-se no ápice da tentativa de se construir a figura do rei-herói.

A filmagem feita por Lawrence Olivier durante a Segunda Guerra Mundial é a apropriação mais explícita da obra como uma ode ao potencial vencedor inglês em uma guerra. Produzido em um contexto marcado pela oposição inglesa ao nazismo, o filme de 1944 negligenciou algumas das ações mais vis de Henrique V (como condenar à morte seu antigo companheiro de juventude) para retratá-lo como uma figura heroica e um rei justo (THE SHAKESPEARE..., 2015, p. 166). Mistificando seu papel de líder militar e negligenciando sua responsabilidade moral, política ou financeira sobre os impactos da guerra, a versão cinematográfica de Olivier sobre *Henrique V* claramente reforça seu caráter nacionalista.

Uma outra forma de interpretar a peça pressupõe que a obra seria uma espécie de denúncia dos horrores da guerra. A versão cinematográfica de Kenneth Branagh, lançada quase meio século depois da de Lawrence Olivier, reflete uma outra percepção social sobre guerras e sobre nacionalismo, assumindo um caráter bem mais sombrio, particularmente marcado pelas ásperas cenas de guerra (THE SHAKESPEARE..., 2015, p. 168).⁵

Contudo, a ambiguidade da peça não implica a ambiguidade do personagem que lhe cede o

nome. Com efeito, quer se leia *Henrique V* como uma exaltação do espírito nacional, quer se leia como uma denúncia dos horrores da guerra, seu personagem principal é percebido como heroico e carismático. Embora implacável (por exemplo, ao condenar Bardolph à morte), o rei é um orador persuasivo, um líder militar e um amante habilidoso (ao cortejar a princesa Catarina). Na verdade, duas características de Henrique V são destacadas na obra: seu "amadurecimento", que o leva a rejeitar seu passado com Falstaff (já que a figura de um rei-herói não se coaduna com a apresentação de Henrique V nas partes 1 e 2 de *Henrique IV*) e sua capacidade de persuasão, especialmente quando ele, pouco antes da batalha de Azincourt, dirige-se a seus comandados em um dos trechos mais memoráveis da obra de Shakespeare:

De pai para filho irá nossa história;
E nunca mais Crispim Crispiniano,
Desde este dia até o fim dos tempos,
Há de passar sem nós sermos lembrados.
Só nós, bando feliz, poucos irmãos,
Pois o que vai sangrar hoje comigo
É meu irmão, pois quem for mal nascido
Será fidalgo só por este dia.
E os fidalgos ingleses que hoje dormem
Vão maldizer não ter estado aqui
E ter vergonha quando ouvirem falar
O que lutou no dia de São Crispim
(SHAKESPEARE, 2016, p. 439).

Harold Bloom, a propósito desse discurso, argumenta que "neither we nor he [the king] believes a word he says" (BLOOM, 1998a, p. 320). Contudo, tanto Lawrence Olivier como Kenneth Branagh, apesar de suas diferentes visões sobre a peça, parecem indicar que o personagem estaria sendo efetivamente sincero ao exortar suas tropas a lutar.⁶ Qualquer que seja a interpretação, porém, não se questiona a atuação competente e heroica de Henrique V, que personifica "o rei vitorioso". Mesmo visões mais críticas sobre o rei

⁵ Corroborar a percepção de Branagh a dificuldade de se imaginar que alguém que poucos anos mais tarde escreveria *Troilus e Crésida*, uma crítica cínica e ácida do comportamento dos heróis na guerra, pudesse ter uma visão simplesmente ufanista em *Henrique V*.

⁶ Essas cenas estão disponíveis no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=x26GN6rQbZI> e <https://www.youtube.com/watch?v=y1BhnepzNoo>. Acesso em: 8 jul. 2022. O trecho "we few, we happy few" foi, inclusive, ecoado por Winston Churchill em um discurso em que destaca o quanto a Inglaterra devia aos poucos pilotos que atuaram na batalha da Grã-Bretanha em 1940.

reconhecem essas características:

He was a hero, that is, he was ready to sacrifice his own life for the pleasure of destroying thousands of other lives... How then do we like him? We like him in the play. There he is a very amiable monster, a very splendid pageant... (HAZLITT apud BLOOM, 1998a, p. 320).⁷

1.3 Henrique VI

Nas peças que levam seu nome, Henrique VI é retratado, de modo geral, como um bom homem (no sentido de um homem piedoso), mas incapaz de reinar. O próprio personagem declara não desejar a coroa: "nunca um súdito já quis tanto ser rei quanto eu desejaria ser só súdito" (SHAKESPEARE, 2016, p. 691). Trata-se de um personagem que se mostra um rei inseguro, pouco pragmático e muito influenciável, mais interessado em assuntos de religião do que de governo.

Vistas em seu conjunto, as partes 1, 2 e 3 do *Henrique VI* ilustram o fracasso militar do personagem-título e "o desastre que foi para a Inglaterra e, principalmente, para os ingleses, a total incompetência do rei" (HELIODORA, 2016h, p. 477). Na parte 1 – que começa na minoridade de Henrique VI –, as conquistas de seu pai na França são revertidas; na parte 2, o rei precisa enfrentar rebeliões dentro da própria Inglaterra; na parte 3, por fim, a coroa muda de mãos por duas vezes até que o rei, apunhalado por aquele viria a assumir o título de Ricardo III, morre. Seu reinado tumultuado foi, na verdade, descontinuo: Henrique VI deteve a coroa entre 1422 e 1461 e no curto período entre 1470 e 1471, tendo sido sucedido, em ambos os casos, por Eduardo IV, mais tarde sucedido por Ricardo III.

O encerramento da linhagem dos três Henriques, contudo, é precedido pela profecia que o último deles dirige àquele que encerra a dinastia da casa de York (isto é, a Ricardo III):

Assim profetizo: muitos milhares,
Que ignoram hoje as razões do meu medo,

Hão de chorar com seus olhos de velhos,
Como hão os de viúvas e órfãos –
Pais por filhos, viúvas por maridos,
Órfãos por morte precoce dos pais –
Pra lamentar a hora em que nasceste
(SHAKESPEARE, 2016, p. 827).

É o prenúncio do que viria a ser o reinado de Ricardo III, retratado por Shakespeare como mau homem e mau rei, constituindo-se, talvez, em um dos maiores vilões de sua vasta galeria.

2 Henrique V: entre a herança recebida e a herança deixada

Na seção precedente, evidenciaram-se os arquétipos tradicionalmente associados a Henrique IV, V e VI nas peças históricas de Shakespeare. Esses arquétipos sugerem que um bom rei cuja legitimidade é questionada é sucedido por um rei heroico, carismático e vitorioso. O desfecho das sagas henriquinas, contudo, é trágico, porque Henrique V é sucedido por alguém que, embora caracterizado como um bom homem, se mostra incapaz de reinar. Desse modo, os movimentos de ascensão e de queda são atribuídos a características pessoais de cada um dos três Henriques. Nesta seção, argumenta-se que as vitórias obtidas por Henrique V se apoiaram na gestão de seu pai e predecessor (Henrique IV) e geraram um passivo que contribuiu para explicar o fracasso de seu filho e sucessor (Henrique VI).

Novas percepções sobre Shakespeare e sua obra são recorrentes, especialmente a partir do século XX. A esse respeito, Saccio (1999) destaca que diferentes gerações interpretaram Shakespeare de acordo com seus próprios interesses. Por exemplo, perspectivas acadêmicas relevantes nas décadas de 1940 e 1950 o enxergavam como "a conservative figure" que defendeu "the Elizabethan world picture" (TILLYARD, 1959). Suas peças mostrariam conflitos resultantes do rompimento de uma ordem rígida e hierarquizada do mundo que somente seriam resolvidos quando as coisas retornassem a sua ordem natural. Outros

⁷ "Foi um herói, isto é, estava disposto a sacrificar a própria vida pelo prazer de destruir milhares de outras vidas [...]. Como é possível, então, simpatizarmos com ele? Ele nos é simpático na peça. Lá está ele, um monstro tão amável, um esplêndido espetáculo [...]" (HAZLITT apud BLOOM, 1998b, p. 403).

autores o veem como um defensor de ideias progressistas ou radicais em favor das classes menos privilegiadas ou como um feminista, por exemplo. Perspectivas marxistas das peças de Shakespeare, por sua vez, destacam trechos que parecem simpatizar com as classes menos favorecidas (HAWKES, 2015). A presença ubíqua de Shakespeare na cultura moderna leva Garber (2008, p. xiv) a citar a blague "I don't mind if something's Shakespearean, just as long as it's not Shakespeare".

As conexões de Shakespeare com a economia são também multifacetadas. Em linhas gerais, os trabalhos que tratam dessas conexões adotam duas perspectivas complementares. Por um lado, analisa-se sua biografia para buscar compreender de que modo o empresário bem-sucedido lidou, em sua época, com receitas, despesas e investimentos. De outro, busca-se interpretar sua obra para buscar estabelecer conexões entre ela e o funcionamento do sistema econômico.

Archer (2012, p. 165) lembra que Shakespeare (do mesmo modo que a maioria das pessoas de sua classe social na época) teria entendido o termo "economia" como "gestão doméstica" ("household management") ou "oeconomy" (anglicismo para "oikonomia" em grego). Ainda assim, sua trajetória de ascensão social indica uma evidente preocupação com temas econômicos e com a gestão de seus empreendimentos. Isso leva Archer (2012, p. 170) a concluir que, sob a perspectiva de sua época, Shakespeare teria sido um bom praticante da "oeconomy". Por essa razão, os temas econômicos tratados por ele em sua obra refletem "the key economic developments through which England was passing during his lifetime" (HAWKES, 2015, p. 91). Descrições sumárias retratam esses movimentos como a "consolidação do capitalismo moderno" (HORWICH, 1977), o "retrato do capitalismo quando jovem" (FRANCO, 2009) ou a "transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra" (ARCHER, 2012, p. 170-171). Pode-se encontrar, portanto, evidentes conexões entre as peças de Shakespeare e os

temas econômicos de sua época. Esses temas envolvem a disseminação do crédito, a moeda fiduciária, o crescimento das cidades, a formação de um mercado de massa e a "revolução dos preços" (FRANCO, 2009, p. 38).

Mas as conexões entre a obra de Shakespeare e o funcionamento do sistema econômico não se limitam ao período histórico em que suas peças foram escritas. Grav (2008, p. 159) assinala que "the advent of new economic criticism has led to a number of articles exploring specific aspects of early modern commerce and economics in Shakespeare's plays". Com efeito, diversos temas econômicos estão amplamente presentes nas peças de Shakespeare, razão pela qual é possível usá-las para interpretar fenômenos contemporâneos. Turner (1999), em um livro intitulado *Shakespeare's Twenty-First-Century Economics*, discute um amplo leque de temas (como crescimento econômico, crédito e moeda fiduciária, por exemplo) amparado na interpretação dos dramas de Shakespeare. Carvalho (2002), por sua vez, analisa o processo decisório em condições de incerteza sob uma perspectiva pós-keynesiana usando *Hamlet*, *Macbeth* e *Júlio César* como referências. O próprio Hawkes (2015), mencionado anteriormente, conecta os dramas de Shakespeare com a teoria marxista. Mesmo autores que afirmam, a respeito de Shakespeare, que "money simply doesn't matter in the vast majority of his work" analisam sua conexão com temas econômicos (GRAV, 2008). Esses exemplos deixam claro que as possibilidades de associação entre a obra de Shakespeare e a teoria econômica são amplas e multifacetadas.

Neste trabalho, em particular, o foco recai sobre a economia do setor público; e as eventuais consequências da má gestão fiscal. No sentido aqui adotado, a gestão fiscal diz respeito, basicamente, à arrecadação de recursos pelo setor público (por meio, em geral, de tributos) e a sua destinação pelo governo.⁸ A gestão fiscal, portanto, é ao mesmo tempo a arena dos embates por recursos e o espelho dos conflitos distribu-

⁸ A expressão "gestão fiscal" aplica-se também a pessoas físicas e jurídicas visando a minimizar seus tributos. Neste trabalho, porém, emprega-se a expressão na perspectiva do setor público.

tivos da sociedade. Nas sociedades modernas, a gestão fiscal traduz-se na gestão do orçamento público. Na Inglaterra dos séculos XIV e XV, por outro lado, as decisões eram essencialmente tomadas pelos reis e pelos nobres em seu entorno. Porém, quando a alocação e a destinação dos recursos divergiam do balanço de forças existente na sociedade, os governantes também tendiam a enfrentar problemas, ainda que, naquelas circunstâncias, a concentração de poder fosse evidentemente superior à que se observa nas sociedades modernas.

Embora conectada com uma produção bibliográfica relativamente vasta sobre a relação entre a obra de Shakespeare e a economia mencionada no início desta seção, a abordagem aqui apresentada busca inovar ao discutir especificamente a economia do setor público e a gestão fiscal. Parece haver elementos suficientes nos dramas históricos de Shakespeare para atribuir a crise cujos primeiros sinais são percebidos logo após a morte de Henrique V a suas ações, que criaram

passivos para financiar suas campanhas militares, independentemente dos arquétipos usualmente associados a seu filho e sucessor. Rabkin (1977, p. 280) afirma, a respeito das partes 1, 2 e 3 de Henrique VI, que "in each of the first three plays the audience had been confronted at the beginning with a set of problems that seemed solved by the end of the preceding play but had erupted in different forms as soon as the new play began". De maneira análoga, argumenta-se, aqui, que o desequilíbrio fiscal é um problema que passa de uma tetralogia para a outra.

Embora o foco deste trabalho seja a visão de Shakespeare sobre os eventos (e não os fatos históricos efetivamente observados), essa percepção é consistente com diversas análises factuais. O Gráfico 1, construído com base em estimativas publicadas pelo *Bank of England* em uma base de dados intitulada "A millennium of macroeconomic data", mostra a trajetória das receitas tributárias do governo no período entre os reinados de Ricardo II e de Ricardo III.⁹

Gráfico 1 – Média móvel centralizada das receitas tributárias do governo da Inglaterra, 1377 – 1485 (número índice)



Fonte: Elaboração dos autores (2021).¹⁰

⁹ Trata-se, rigorosamente, da média móvel centralizada de nove anos das receitas tributárias do governo central. Os dados construídos como número índice (isto é, não são absolutos) usando como referência o período 1451-1475 (definido como igual a 100).

¹⁰ Com base em dados disponíveis em: <https://cutt.ly/3RxGVpY>. Acesso em: 20 out. 2021.

Conforme se pode observar, as receitas tributárias da Inglaterra exibem uma trajetória descendente durante o reinado de Ricardo II e ascendente durante o reinado de Henrique IV e o início do reinado de Henrique V, atingindo um pico por volta de 1415 (isto é, no ano da batalha de Azincourt). É neste momento que Henrique V "prepared well for the first campaign in 1415, mobilising an expeditionary army of some 10,000 men and amassing a war chest of £130,000". (GRUMMITT, 2013, p. 10). O efeito econômico imediato da campanha bem-sucedida foi uma euforia que motivou a concessão de benefícios fiscais, inclusive no caso do subsídio vitalício para a lã (GRUMMITT, 2013, p. 11). Isso possivelmente concorre para explicar a acentuada trajetória de queda das receitas tributárias observada logo após 1415. É com base em percepções desse tipo que Churchill (2005), em seu *História dos povos de língua inglesa*, destaca que "o imponente império de Henrique V era oco e falso". De fato, os desdobramentos fiscais e políticos da campanha parecem ter sido avassaladores, conforme registra Barker (2009, p. 415):

Ao reacender a guerra com a França, Henrique V comprometeu seu país em décadas de conflitos armados e pesados tributos a pagar por isso; ele foi acusado de lançar sementes que levariam a própria Inglaterra a ser despedaçada pela discórdia civil na Guerra das Rosas.¹¹

Desse modo, em oposição à euforia de 1415, "by 1433 the royal finances were in a parlous state: a debt of £160,000 standing against an annual ordinary income of some £60,000" (GRUMMITT, 2013, p. 14). A tendência de queda das receitas tributárias mantém-se durante todo o primeiro reinado de Henrique VI e mesmo os tímidos sinais de recuperação subsequentes são irregulares e incapazes de elevá-las a níveis sequer próximos daqueles que se observaram até o período entre o reinado de Ricardo II e o início do reinado de Henrique V. De fato, só com Henrique VIII e o confisco dos bens da Igreja a Inglaterra começa

a se recuperar mais solidamente e, no reinado de Elisabeth I, o avanço econômico permite que comecem as incursões no exterior (por meio da pirataria e da conquista de novos territórios). Pode-se, assim, conjecturar que o atraso inglês em começar a aventura colonialista deveu-se à falta de recursos decorrente do déficit público resultante do período anterior, cuja gênese remonta a Henrique V.

A percepção amparada nas análises históricas claramente ecoa nas sagas henriquinas. Com efeito, logo no início de *Henrique V*, o rei já precisa negociar para obter os recursos necessários para financiar suas campanhas militares sem sacrificar o apoio da Igreja. A negociação permite que o Arcebispo de Cantuária e o Bispo de Ely salvem do confisco as propriedades da Igreja e que o rei obtenha, pelo menos no curto prazo, recursos para financiar a campanha na França. Os representantes da Igreja elogiam a devoção de Henrique e o próprio rei tem o cuidado de informar o quanto é cristão (BLOOM, 1998a, p. 321). A negociação é descrita por Gustavo Franco (2009, p. 116) da seguinte forma:

Por exemplo, no início de Henrique V, o arcebispo da Cantuária faz um relato circunstancial da lei aprovada pelo Parlamento a fim de secularizar uma parte das propriedades da Igreja. Ele especifica em detalhes o objetivo econômico da lei, que era de fornecer ao Rei os meios de fortalecer seu exército, encher seu tesouro e proporcionar ajuda aos pobres e outras finalidades sociais. Mas a Igreja ficaria empobrecida com essa lei, e é para evitar isso que ele procura interessar o monarca pela reivindicação da Coroa da França. A maior parte da peça diz respeito à campanha da França, mas tudo isso veio da tentativa de resolver um problema econômico.

Esse trecho deixa claro que, embora a guerra fosse uma ação custosa, não havia recursos identificados *a priori* para financiá-la. Barker (2009, p. 309) assinala, com relação ao custeio das campanhas de Henrique V, que "se às vezes era difícil conseguir o pagamento de salários, havia outras compensações disponíveis". Com efeito,

¹¹ Trata-se de uma percepção semelhante à de Sherborne (1977, p. 135), que destaca que "the heavy financial demands made by the Hundred Years War on the English taxpayer and the English exchequer have long been familiar to historians". Embora o foco de sua análise seja um período anterior ao reinado de Henrique V, essa percepção geral permanece válida e parece chegar a seu ponto mais grave no caso da batalha de Azincourt.

a falta de recursos e a gestão fiscal temerária dificultavam a liquidez para o pagamento de salários. Assim, Henrique V teve que recorrer a outros instrumentos resultantes de doação de terras, por exemplo. Desse modo, parece que a obsessão de Henrique V pela guerra o levava a negligenciar as consequências de suas decisões no médio e no longo prazo.

É evidente que, no curto prazo, as vitórias de Henrique V contribuíram para legitimar a posição da casa de Lancaster no trono. Contudo, suas conquistas começam a ser revertidas já no início da parte 1 de *Henrique VI*, na cena do funeral do rei vitorioso. Um mensageiro traz da França "novidades tristes, de frustrações, perdas e mantanças" e anuncia a perda de diversas cidades (inclusive Paris e Rouen). Enquanto o corpo do rei vitorioso ainda era velado, já se anunciava a reversão de grande parte de suas conquistas por "falta de ouro e homens". Um dos líderes ingleses na campanha da França, Lord Talbot, "com tropa que mal contava seis mil, por vinte e três mil soldados franceses foi totalmente cercado e atacado" (SHAKESPEARE, 2016, p. 485-487). É razoável presumir que essas derrotas tenham acontecido ainda no reinado de Henrique V, ou que pelo menos já fossem claramente previsíveis antes de sua morte. Nos termos do Duque de Exeter (tio-avô de Henrique VI):

E eu temo agora a fatal profecia
Que no tempo de Henrique que foi o Quinto,
Balbuciavam crianças de peito:
Que Henrique Monmouth [Henrique V] tudo ganharia,
Mas o de Windsor [Henrique VI] tudo perderia
(SHAKESPEARE, 2016, p. 531).

As derrotas sucessivas, por sua vez, engendraram uma crise política na Inglaterra. Naquele momento, conforme destaca Grummitt (2015, p. 117), "the debate over fiscal responsibility was one carried on at all levels of political society". Mais uma vez, Shakespeare recorre ao Duque de Exeter para manifestar essa percepção: "o conflito nascido entre esses pares queima embaixo de cinza e falso amor e acaba um dia explodindo em chamas" (SHAKESPEARE, 2016, p. 531).

A intensificação dos conflitos políticos aponta, na parte 2 de *Henrique VI*, para uma disputa aberta pelo trono. Nesse caso, cabe ao duque de Suffolk declarar que "desde que [Henrique V] virou rei – e outro não há – o bem tem ido por água abaixo" (SHAKESPEARE, 2016, p. 607). O duque de York, por sua vez, "fala abertamente em tomar a coroa" (HELIODORA, 2016e, p. 589). É evidente que os conflitos distributivos – que podem ser associados à crise fiscal do reino – concorrem para explicar a fragilidade de Henrique VI.

Ao perceber a mudança do centro do poder, Lord Clifford – que pertence ao partido do Rei Henrique VI e dos Lancasters – antecipa que o povo também mudaria suas preferências: "o povo é como a mosca de verão: pra onde ela voa? Só para o sol. Quem brilha agora, senão o inimigo?" (SHAKESPEARE, 2016, p. 760). A crise abre então espaço para rebeliões e para discursos populistas. O rebelde Jack Cade promete reformas: "na Inglaterra, sete pãezinhos de meio *penny* serão vendidos por um *penny*; [...] e vou fazer ser crime beber cerveja aguada. E o reino será comum a todos [...]". Jack Cade promete ainda que "[...] não haverá dinheiro; todos vão comer e beber às minhas custas" (SHAKESPEARE, 2016, p. 674-675). Com o avanço da revolta que comanda, chega a declarar que os arquivos do reino deveriam ser queimados pois sua boca passaria a ser "o parlamento da Inglaterra" (SHAKESPEARE, 2016, p. 685).

Em resumo, os elementos presentes nas sagas henriquinas são claramente consistentes com a análise histórica de Grummitt (2013 p. 22) sintetizada no trecho abaixo:

[...] while Henry V's conquests in France undoubtedly strengthened Lancastrian kingship in the short term they also committed England to a lengthy and costly war with France. Henry's untimely death and the broad political consensus that ensured stability during his son's long minority partially hid these problems, but Henry VI's shortcomings would eventually exhaust the crown's credit, both in terms of money and political support.

Por fim, é oportuno observar que, embora vítima da irresponsabilidade fiscal de seu pai e predecessor, Henrique VI – seja pelas condições

adversas que enfrentou, seja por seu caráter vacilante – não se mostrou especialmente preocupado com o equilíbrio das contas públicas.¹²

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, argumentou-se que a gestão de Henrique V, embora retratada como vitoriosa por Shakespeare em seu drama histórico homônimo, pode ser interpretada como irresponsável do ponto de vista fiscal e geradora de um passivo que explicaria o fracasso das campanhas militares inglesas após sua morte. A crise econômica, militar e política que marcou o reinado de Henrique VI, portanto, pode ser creditada, pelo menos em parte, à gestão de seu pai e predecessor.

A análise dos arquétipos tradicionalmente associados aos três Henriques revelou que:

Henrique IV é retratado como um bom rei, embora sua legitimidade seja permanentemente questionada;

Henrique V é percebido como heroico e carismático, independentemente da visão que se tenha sobre o drama histórico ao qual empresta seu nome (exaltação do espírito nacional ou denúncia dos horrores da guerra); e

Henrique VI é retratado como um bom homem (no sentido de um homem piedoso), mas incapaz de reinar.

Nesse sentido, o argumento central deste trabalho parece em grande medida original (ainda que historicamente fundamentado), uma vez que atribui parte do sucesso de Henrique V à boa gestão de seu pai e parte do fracasso de seu filho a sua gestão fiscal irresponsável. Desse modo, embora conectado com uma produção bibliográfica relativamente vasta sobre a relação entre a obra de Shakespeare e a economia (TURNER, 1999; FRANCO, 2009; ARCHER, 2012), o

trabalho busca inovar ao discutir especificamente a economia do setor público e a gestão fiscal. Uma curiosa evidência do caráter inovador do argumento apresentado neste artigo advém da introdução de Barbara Heliodora a sua tradução de *Henrique V*. No texto, listam-se 20 qualidades encontradas na ação dramática de *Henrique V* que o tornariam o governante ideal. Em nenhuma delas se percebe a preocupação com a sustentabilidade econômica ou com os efeitos de longo prazo de suas ações (HELIODORA, 2016, p. 359).

Novas visões sobre personagens complexos são sempre possíveis. Nos termos de Hegel (apud BATES, 2010, p. 2), "in a work of art, as in life, the greater a man's character the more interpretations put on by different people". Acresce que, em diferentes contextos sociais e históricos, interpretações jamais cogitadas pelo artista passam a ser possíveis. Em certa medida, essas distintas interpretações refletem as angústias que cada um consegue ver representadas em uma genuína obra de arte. No caso de Shakespeare, cuja obra frequentemente admite múltiplas (e muitas vezes contraditórias entre si) perspectivas, essa proposição é seguramente válida.

É provável que a interpretação proposta neste trabalho resulte justamente do contexto em que foi produzido. Em um momento em que o Brasil dá sinais preocupantes de crise fiscal persistente – que pode comprometer, inclusive, o desempenho de futuros governantes – é razoável que da leitura das sagas henriquinas surja a preocupação com as heranças que os governantes podem deixar para seus sucessores.

Referências

ARCHER, Ian W. Economy. In: KINNEY, Arthur F. *The Oxford handbook of Shakespeare*. New York: Oxford, 2012. p. 165-181.

¹² "King Henry VI was excessively generous in making grants to supporters and for 'good causes'. Right at the beginning of his rule, in 1438, one of Henry's council clerks (in modern language, a top civil servant) had complained that Henry had pardoned a collector of customs, thereby losing the Crown £1,300. Exactly ten years later, in 1448, Henry VI expressly willed the huge yearly sum of £1,000 to go towards the building costs of King's College, Cambridge. He even earmarked part of his own Duchy of Lancaster income to pay the £1,000. Needless to say, the money soon dried up. Such was Henry's financial profligacy, that by 1450, his Government was reduced to mortgaging its future income to meet its current debts. The proceedings of the February 1449 Parliament also record a grant of 2,500 marks (about £1,700) to the Duke of Somerset and £1,000 to the Duke of Suffolk. [The Parliament Rolls of Medieval England Volume XII, page 68] Both of these payments were to be paid from taxation revenue due to Henry VI's Government in 1450". HENRY'S Howlers: (1) Economic Background to the Wars of the Roses (1437-1450). In: *angevinman*. [S. l.], 19 jan. 2013. Disponível em <https://cutt.ly/Fg4jYSn>. Acesso em: 20 out. 2021.

BARKER, Juliet. *O Rei, A Campanha, A Batalha de Agincourt*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BATES, Jennifer A. *Hegel and Shakespeare on Moral Imagination*. New York: Sunypress (State University of New York), 2010.

BLOOM, Harold. *Shakespeare: the invention of the human*. New York: Riverhead Books, 1998a.

BLOOM, Harold. *A invenção do humano*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1998b.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Decision-making under uncertainty as drama: Keynesian and Shackleian themes in three of Shakespeare's tragedies. *Journal of Post Keynesian Economics*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 189-218, 2002.

CHURCHILL, Winston S. *História dos povos de língua inglesa*. São Paulo: Ibrasa, 2005.

FRANCO, Gustavo. *Shakespeare e a economia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GARBER, Marjorie. *Shakespeare and modern culture*. New York: Pantheon Books, 2008.

GRAV, Peter F. *Shakespeare and the Economic Imperative: "what's aught but as 'tis valued?"*. New York: Routledge, 2008.

GREENBLAT, Stephen. *Como Shakespeare se tornou Shakespeare*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GRUMMIT, David. *A short history of the wars of the Roses*. London: I. B. Tauris, 2013.

GRUMMIT, David. *Henry VI*. London: Routledge, 2015.

HAWKES, David. *Shakespeare and economic theory*. London: Bloomsbury Arden Shakespeare, 2015.

HELIODORA, Barbara. Introdução (Henrique IV parte 1). In: SHAKESPEARE, William. *Teatro completo: peças históricas*. Organização e tradução de Barbara Heliodora. 1. ed. São Paulo: Nova Aguilar, 2016a. v. 3, p. 118-121.

HELIODORA, Barbara. Introdução (Henrique IV parte 2). In: SHAKESPEARE, William. *Teatro completo: peças históricas*. Organização e tradução de Barbara Heliodora. 1. ed. São Paulo: Nova Aguilar, 2016b. v. 3, p. 232-235.

HELIODORA, Barbara. Introdução (Henrique V). In: SHAKESPEARE, William. *Teatro completo: peças históricas*. Organização e tradução de Barbara Heliodora. 1. ed. São Paulo: Nova Aguilar, 2016c. v. 3, p. 358-361.

HELIODORA, Barbara. Introdução (Henrique VI parte 1). In: SHAKESPEARE, William. *Teatro completo: peças históricas*. Organização e tradução de Barbara Heliodora. 1. ed. São Paulo: Nova Aguilar, 2016d. v. 3, p. 480.

HELIODORA, Barbara. Introdução (Henrique VI parte 2). In: SHAKESPEARE, William. *Teatro completo: peças históricas*. Organização e tradução de Barbara Heliodora. 1. ed. São Paulo: Nova Aguilar, 2016e. v. 3, p. 588-589.

HELIODORA, Barbara. Introdução (Henrique VI parte 3). In: SHAKESPEARE, William. *Teatro completo: peças históricas*. Organização e tradução de Barbara Heliodora. 1. ed. São Paulo: Nova Aguilar, 2016f. v. 3, p. 712-713.

HELIODORA, Barbara. Introdução (Ricardo II). In: SHAKESPEARE, William. *Teatro completo: peças históricas* (v. 3). Organização e tradução de Barbara Heliodora. 1. Ed. São Paulo: Nova Aguilar, 2016g, p. 954-955.

HELIODORA, Barbara. Introdução às três partes de Henrique VI. In: SHAKESPEARE, William. *Teatro completo: peças históricas*. Organização e tradução de Barbara Heliodora. 1. ed. São Paulo: Nova Aguilar, 2016h. v. 3, p. 476-477.

HENRY'S Howlers: (1) Economic Background to the Wars of the Roses (1437-1450). In: *angevinman*. [S. l.], 19 jan. 2013. Disponível em <https://cutt.ly/Fg4jYSn>. Acesso em: 20 out. 2021.

HORWICH, R. Shakespeare and the Economics of Time. In: ANNUAL MEETING OF THE NATIONAL COUNCIL OF TEACHERS OF ENGLISH, 1977, New York. *Anais* [...]. New York, 1977.

KIDD, Mary Anna. Archetypes, stereotypes and media representation in a multi-cultural Society. *Procedia: Social and Behavioral Sciences*, [S. l.], n. 236, p. 25-28, 2016.

MELETÍNSKI, Eleazar. M. *Os arquétipos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

RABKIN, Norman. Rabbits, ducks, and Henry V. *Shakespeare quarterly*, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 279-296, 1977.

SACCIO, Peter. *William Shakespeare: comedies, histories, and tragedies*. Course guidebook (The Great Courses on Tape). Springfield: The Teaching Company, 1999.

SHAKESPEARE, William. *Teatro completo: peças históricas*. Organização e tradução de Barbara Heliodora. 1. ed. São Paulo: Nova Aguilar, 2016. v. 3.

SHERBORNE, James W. The cost of English warfare with France in the later fourteenth century. *Bulletin of the Institute of Historical Research*, London, v. L, n. 122, p. 135-150, 1977.

THE SHAKESPEARE Book. London: Penguin Random House, 2015.

TILLYARD, Eustace M. W. *The Elizabethan World Picture...* [S. l.]: Vintage, 1959.

TURNER, Frederick. *Shakespeare's Twenty-First-Century economics: the morality of love and money*. New York: Oxford University Press, 1999.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

Luiz Ricardo Cavalcante

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, BA, Brasil; mestre Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, BA. Consultor legislativo do Senado Federal, em Brasília, DF, Brasil; professor do mestrado em Administração Pública do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Brasília, DF, Brasil.

André Eduardo da Silva Fernandes

Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), em Brasília, DF, Brasil. Consultor legislativo do Senado Federal, em Brasília, DF, Brasil.

Endereço para correspondência

Luiz Ricardo Cavalcante

SQN 116 Bl. B, apto. 401

70.773-020

Brasília, DF, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.